

**10 - 12 | 2025**

O FUTURO DA ECONOMIA ESTÁ NAS MÃOS DAS MULHERES: UMA REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS INCLUSIVAS PARA AS ZUNGUEIRAS DE ANGOLA E MUKERISTAS DE MOÇAMBIQUE FACE AO FOMENTO DE CRESCIMENTO

The future of the economy is in the hands of women: a reflection on inclusive policies for zungueiras in Angola and mukerists in Mozambique in the face of promoting growth

El futuro de la economía está en manos de las mujeres: una reflexión sobre políticas inclusivas para las zungueiras en Angola y las mukeristas en Mozambique ante la impulsión del crecimiento

Zola Morena¹

¹Mestre, Instituto Superior Alvorecer da Juventude ISPAJ, Angola, <https://orcid.org/0009-0005-1501-8697>
zolamorena@hotmail.com zolamorena@hotmail.com

Autor para correspondência: zolamorena@hotmail.com

Data de recepção: 25-06-2025

Data de aceitação: 01-07-2025

Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Morena, Z. (2025). *O futuro da economia está nas mãos das mulheres: uma reflexão sobre as políticas inclusivas para as Zungueiras de Angola e Mukeristas de Moçambique, face ao fomento de crescimento*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 53-67. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13>

RESUMO

Os modelos económicos actuais promovem exclusão às mulheres. A caminhada da economia dos Estados africanos não é compatível ao desenvolvimento das sociedades. Se olharmos atentamente para os desafios do milénio, veremos que, incide na busca de estratégias para uma economia mais sustentável. Traz-se esta problemática tendo em conta as evidências económicas das zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique que, com grandes dificuldades, sustentam várias famílias e contribuem para a economia. Lamentavelmente, grande parte dessas actividades, como ocorre fora do sistema formal, não é tributária, originando

perdas significativas aos Estados. Uma realidade que retarda o fomento do crescimento económico. Daí que o trabalho objective proporcionar um espaço reflectivo às evidências das mulheres zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique, no fomento de crescimento económico, bem como, alertar os responsáveis pela elaboração das políticas económicas no sentido de uma aposta massiva às mulheres, tendo em conta os desafios económicos incertos do milénio. A metodologia é qualitativa. Conclui-se que investir nas mulheres, pode fomentar e gerar economias resilientes em África. Quando as mulheres são o foco de decisões, os resultados são surpreendentes. Os países africanos devem fazer

uma grande aposta no investimento do capital humano. As políticas inclusivas sustentadas voltadas às mulheres podem exercer um papel predominante no alcance das metas dos Governos. Aconselha-se, primeiramente, uma pesquisa - ação. Posteriormente, registrar todas as mulheres zungueiras e mukheristas, controlá-las, arranjar mecanismos de legalizá-las. Um processo que poderá representar uma transição à formalização.

Palavras-chave: economia, fomento, mulheres, muqueristas, políticas inclusivas, zungueiras.

ABSTRACT

Current economic models promote the exclusion of women. The economic progress of African states is not compatible with the development of societies. If we look closely at the challenges of the millennium, we will see that they focus on the search for strategies for a more sustainable economy. We bring up this issue taking into account the economic evidence of the zungueiras in Angola and mukeristas in Mozambique who, with great difficulty, support several families and contribute to the economy. Unfortunately, a large part of these activities, as they occur outside the formal system, are not taxable, resulting in significant losses for the States. A reality that slows down the promotion of economic growth. Hence, the objective of this work is to provide a space for reflection on the evidence of women zungueiras in Angola and mukeristas in Mozambique, in promoting economic growth, as well as alerting those responsible for drawing up economic policies to make a massive commitment to women, taking into account the uncertain economic challenges of the millennium. The methodology is qualitative. It is concluded that investing in women can foster and generate resilient economies in Africa. When women are the focus of decisions, the results are surprising. African countries must make a big commitment to investing in human capital. Sustained inclusive policies targeting women can play a key role in achieving government goals. First, action research is recommended. Subsequently, register all female street vendors and mukheristas, control

them, and find mechanisms to legalize them. A process that could represent a transition to formalization.

Keywords: economy, development, women, muqueristas, inclusive policies, zungueiras.

RESUMEN

Los modelos económicos actuales promueven la exclusión de las mujeres. El progreso económico de los Estados africanos no es compatible con el desarrollo de las sociedades. Si miramos con atención los desafíos del milenio, veremos que se centran en la búsqueda de estrategias para una economía más sostenible. Planteamos esta cuestión teniendo en cuenta la evidencia económica de las zungueiras en Angola y de las mukeristas en Mozambique quienes, con gran dificultad, mantienen a varias familias y contribuyen a la economía. Desafortunadamente, gran parte de estas actividades, al ocurrir fuera del sistema formal, no están sujetas a impuestos, lo que resulta en pérdidas importantes para los Estados. Una realidad que frena el impulso del crecimiento económico. Así, el objetivo de este trabajo es proporcionar un espacio de reflexión sobre las evidencias de las mujeres zungueiras en Angola y mukeristas en Mozambique, en la promoción del crecimiento económico, así como alertar a los responsables de elaborar políticas económicas para que asuman un compromiso masivo con las mujeres, teniendo en cuenta los desafíos económicos inciertos del milenio. La metodología es cualitativa. Se concluye que invertir en las mujeres puede fomentar y generar economías resilientes en África. Cuando las mujeres son el centro de las decisiones, los resultados son sorprendentes. Los países africanos deben hacer un gran compromiso para invertir en capital humano. Las políticas inclusivas sostenidas dirigidas a las mujeres pueden desempeñar un papel clave en el logro de los objetivos gubernamentales. En primer lugar, se recomienda la investigación-acción. Posteriormente, registrar a todas las vendedoras ambulantes y mukheristas, controlarlas y encontrar mecanismos para legalizarlas. Un

proceso que podría representar una transición hacia la formalización.

Palabras clave: economía, desarrollo, mujeres, muqueristas, políticas inclusivas, zungueiras.

Contribuição de autoria

A preocupação inside aos problemas endógenos, que a nosso ver torna-se um desafio a nível do continente africano. Daí a necessidade desta pesquisa recorrendo a várias bibliografias nacionais e internacionais.

INTRODUÇÃO

Em face do panorama económico actual, refletir sobre mulheres e a economia é um desafio. Por uma simples razão, *o mundo da mulher sempre foi escondido*. Estas são as palavras da escritora e contadora de história Moçambicana, Paulina Chiziane. A decisão da implementação de uma estratégia de crescimento e desenvolvimento é visão do que se pretende para economia. Se olharmos, atentamente, para os desafios do século XXI, veremos que as nações estão a ser desafiadas na busca de estratégias para uma economia mais sustentável. Daí que, espera-se que o papel da mulher a nível de África ganhe outro dinamismo.

Com os factos não se contrapõe. Trazemos esta problemática tendo em conta as evidências económicas das zungueiras de Angola e muqueristas de Moçambique que em grandes dificuldades com esforço e dedicação sustentam várias famílias. Chama-se atenção, a realidade socioeconómica destas mulheres. Apesar das dificuldades no exercícios das

suas actividades, felizmente, resta dinheiro para “kixikila”, em Moçambique diz se “xitique”.

É preciso assinalar que, lamentavelmente, grande parte dessas actividades, como ocorre fora do sistema formal, não é tributária. Originando perdas significativas aos Estados. Uma realidade que ao nosso ver tarda o fomento do crescimento económico. É com base nestas evidências que Wanda (2023, p.13), afirma que “este facto, torna muitas dessas economias africanas vulneráveis a choques externos”.

Por seu turno, Kajibanga (2009, p. 9), preocupado com questões de sustentabilidade, afirma que “é importante repensarmos o estatuto social, económico, e político da mulher”.

Segundo o relatório do Banco Africano de Investimento (2022), sustenta que “um desenvolvimento inclusivo, exige que os países coordenem de forma integrada os parâmetros económicas, sociais e ambientais na busca de um desenvolvimento sustentável.”

É com base a estas evidências que Zau (2013, p. 92), deu conta dessa realidade gritante, julgando ser fundamental “que os países africanos tenham que pensar mais em si, sem se fecharem em si próprios, de modo a encontrarem caminhos para uma urgente

solução dos seus problemas económicos e sociais”.

Diante destes desideratos, considera-se estar presente um problema relevante, actual e actuante cuja a solução impõe a promoção da investigação científica, mas, sobretudo, a criação de um instrumento de orientação, para a elaboração de políticas económicas, para a inserção das mulheres nos planos de desenvolvimento nacional (PDN), para o fomento de crescimento económico, rumo à sustentabilidade. Daí que este trabalho objective proporcionar um espaço reflectivo às evidências das mulheres zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique no fomento de crescimento económico, bem como alertar os responsáveis das elaborações das políticas económicas no sentido de uma aposta massiva nas mulheres tendo em conta os desafios económicos incertos do milénio.

Estruturalmente o trabalho está constituído tendo em conta vários parâmetros, nomeadamente: breves abordagens em torno das zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique, mulheres e o empreendedorismo, desafios económicos incertos do século XXI, implementação das políticas económicas sustentáveis às mulheres dinamizadoras da economia face aos desafios económicos

globais, conclusão, bem como as referências bibliográficas.

Breves abordagens a zungueira de Angola e mukeristas de Moçambique

Carvalho; Jura (2024, p. 67), fundamentam que “há quem tenha referido ser preciso averiguar por que razão as pessoas zungam, apontando-se, pois, para a necessidade de um sério estudo sobre essa matéria.”

Por sua vez, Santos (2011), afirma que “deste modo, a zunga torna-se cada vez mais uma estratégia que visa dinamizar a venda e, consequentemente, uma maneira de incrementar os rendimentos, uma forma de inserção no mercado de trabalho, podendo, talvez, falar-se mesmo de uma *zungarização* do comércio em Luanda”.

Deste modo, zungueira significa vendedora ambulante. Importa frisar que é impressionante a capacidade lutadora destas mulheres. Desde de manhã cedo, caminham o dia todo debaixo do sol ardente percorrendo as ruas da cidade capital, caminhando à volta dos mercados, estradas, instituições públicas e privadas com as suas banheiras na cabeça. Percorrendo quilómetros, na necessidade de comercializar os mais diversos produtos. Mulheres que simbolizam resiliência.

É preciso ainda acrescentar que uma parte dessas mulheres são concebidas, outras carregam o bebé nas costas tudo pela busca da sobrevivência.

Esta realidade que leva a fundamentar que, diante dos desafios económicos globais do século XXI, as corridas, detenções, perseguições e agressões à mulher zungueira não são alternativas viáveis para a solução do problema. Associamo-nos ao questionamento do académico moçambicano Macamo (2016, p. 51), quando advoga que “sucumbe-se a ideia de que tudo se resolve punindo? Acontecer isso, a receita para o desenvolvimento passa a ser a defesa de um pressuposto que nunca realmente foi testado, nem questionado”

É com base nestas perspectivas que o sociólogo e académico angolano Paulo de Carvalho fundamenta que “dentre as tarefas do Estado, estão a manutenção da integração territorial, a manutenção da estabilidade política e a promoção do bem estar, da boa convivência, da segurança, da inclusão social e da cidadania dos seus membros”. (Carvalho 2008, p. 3),

Importa ainda referir que até 2018, as mulheres zungueiras eram as grandes impulsionadoras da venda do peixe no país. De manhã cedo ocorriam à na praia da mamã Mabunda (um dos maiores mercados de peixe

da cidade capital). Face à crise económica do país e do mundo, foi desencadeado o processo que levou algumas mulheres a recorrerem a outros negócios.

“Em Moçambique, tal como em muitos países africanos, falar de empreendedorismo implica falar de mulheres e de economia informal, ou seja, mulheres que desenvolvem pequenos negócios nos “mercados”, chamadas *mukheristas*”. Etimologicamente a palavra Mukhero resulta da corruptela da expressão inglesa “carry” na fronteira de Namaacha. (Maenzana; Pereira 2018, p. 161).

“O Mukhero pode ser definido como actividade de micro-importação informal. Caracterizado pela travessia da fronteira de Ressano Garcia para África do Sul, local onde os mukheristas comprem diversos bens para posterior revenda. Geralmente a grosso, nos mercados de Maputo”. (Maenzana; Pereira 2018, p. 161).

Para o caso de Moçambique, Macano (1999, p. 26), sustenta que “os comerciantes informais tem sido capazes de satisfazer as suas necessidades básicas. Enquanto as pessoas com o emprego no sector formal, auferindo salário mínimo, mal se aguetam.” As cited in (Chivangue 2014). Por seu turno Freitas (2014, p. 1), “propõe uma leitura do papel da mulher moçambicana presa a uma

estrutura social machista, incompatível com a proposta de modernização do país”.

War on Want (2006, p. 25), fundamenta que “66% dos inquiridos de Maputo mencionaram preferir suas actuais ocupações na economia informal do que em emprego pago”. As cited in (Chivangue 2014). “Desde os primórdios da sociedade moçambicana, a mulher ocupa uma posição de apagamento que piorou após a colonização do país por Portugal.” (Araujo 2023, p. 2]. “Os muqueristas têm consciência deste aparato “abandono” o que é ilustrado pelo facto de na sua maioria terem respondido “não” quando questionados se as políticas públicas acomodavam as actividades informais”. (Chivangue 2014).

É com base nestas evidências que o professor moçambicano Macamo (2016, p. 18), aconselha que “a aposta em países como Moçambique, deveria ser na criação de condições para que elas possam dar outro passo, sabendo, naturalmente, que cada passo dado abre infinitas possibilidades”.

Diante destes indicadores, pode-se pontuar que as causas das actividades informais encontram-se, sobretudo, ligadas às condições socioeconómicas. No caso de Angola é preciso fundamentar que, fruto de êxodo rural, Luanda encontra-se abarrotada, ou seja, engarrafado. Indicador que aumenta

actividade informal. A solução reside em desafios de como tributar este sector informal, uma vez que envolve muita população.

Recorreu-se mais uma vez ao Professor angolano Kajibanga (2009, p. 5), onde advoga que “não acredito que as actuais elites surgidas no processo de formação do Estado angolano pós-colonial consigam, de forma isolada, materializar o projecto da construção da nação angolana.”

É com base nestes indicadores que o académico moçambicano Macamo (2016, p. 66), no seu livro “sociologia prática como os sociólogos pensam o desenvolvimento” sustenta que “*um* Governo não é uma equipa técnica, a equipe técnica está no aparelho de Estado. É lá, onde se precisa de pessoas tecnicamente competentes”

Parafraseando os autores pode-se pontuar que *não existe nenhum país desenvolvido no mundo sem a participação activa dos académicos*. Por isso, existem assessores, técnicos e principalmente a sociedade civil que ocupa um lugar central quando o assunto é desenvolvimento. Ou seja, players do processo decisório.

É preciso necessariamente sublinhar que a preocupação incide sobre aos desafios económicos incertos do século. Outrossim, aconselha-se a não ignorarmos o contexto

macroeconómico em que estamos mergulhados. Uma realidade que nos remete a vários desafios socioeconómicos e financeiros.

Portanto, acha-se que não se deve apenas reconhecer o problema. Dai que aconselha-se uma pesquisa - acção. Quer as zungueiras de Angola quer as mukeristas de Moçambique são mulheres impulsionadoras da economia. Daí que se advogue e fundamente a necessidade de políticas económicas inclusivas.

Outrossim, em Moçambique predomina a cultura patriarcal. Na prática, mesmo nas famílias onde existe a figura masculina, a mulher carrega a responsabilidade maior pelo sustento da família. A nosso ver, trata-se de uma realidade que inviabiliza o desenvolvimento económico da mulher africana.

Mulheres e o empreendedorismo

Jasse *et.al* (1982), afirmam que “o empreendedorismo é a capacidade de identificar, agarrar e aproveitar oportunidades, buscando e administrando recursos humanos e materiais dentro de uma visão de criar, desenvolver e implantar soluções permanentes, de atender as necessidades dos indivíduos.” As cited in (Evaristo 2018, p. 56).

Por sua vez, em 2017, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) definiu o empreendedorismo como sendo “qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou uma nova iniciativa empresarial ou social, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por um indivíduo, equipa de indivíduos, ou negócios estabelecidos.”

Em sociedades em que as mulheres têm boas capacidades empresarias. A probabilidade de melhorar a percepção empreendedora das mesmas aumentam. No caso de Moçambique, conforme afirma Pereira (2018, p. 159), “a mulher moçambicana tem a necessidade de se sentir útil à sociedade, procurando por isso conciliar os dois papéis, isto é, ser dona de casa e ser empreendedora, suportando uma dupla jornada de trabalho.”

Não é que seja diferente da mulher angolana. São apenas referências. Mas, em termos de empreendedorismo a mulher moçambicana leva vantagem quando o assunto é empreender. Conforme afirmam Maenzana; Pereira (2018, p. 182), “as mulheres em Matola são, maioritariamente, empreendedoras por necessidade”.

Pessoas empreendedoras possuem uma personalidade proactiva. Segundo Robbins, *et al* (2010, p. 129), personalidade proactiva é de “pessoas que identificam oportunidades, mostram iniciativa, agem e

perseveram até que a mudança desejada ocorra.” Se olharmos calmamente para as pessoas com personalidades proactivas percebe-se que são as mais propensas, para tal suas acções levam-nas a deixar a empresa em que estão empregadas para abrir o próprio negócio.

É com base nestas evidências que se aconselha as mulheres a criarem consciência sobre o papel central que desempenham na gestão e no desenvolvimento económico. Maenzana; Pereira (2018, p. 161), fundamentam que “o empreendedorismo se centra, essencialmente, em duas palavras: acção e negócio”.

Portanto, *Todo ser humano tem o lado empreendedor*. O grande segredo passa por despertar o gênio empreendedor que há no interior de cada um, olhar para o contexto económico global e por sua vez, vislumbrar nas oportunidades e começar a ter pernas para andar. Existem várias oportunidades de negócio. Implementando às ideias inovadoras pode promover mudanças e gerar lucros. O primeiro passo é acreditar nas pontências que estas mulheres possuem. Com determinação, dedicação os resultados do ponto de vista económico podem ser alcançados.

Desafios económicos incertos do século XXI

Os desafios económicos do século XXI, incidem nas crises geopolíticas e nos desafios biológicos. Os crescentes *conflitos geopolíticos* globais representam uma ameaça à economia dos países. Daí que se aconselha o fomento da produção local. Aliás, os conflitos entre Rússia e Ucrânia é uma realidade.

Tanto a Rússia como a Ucrânia são agentes fundamentais no mercado agroalimentar global. Uma realidade que coloca peso e ao mesmo tempo desafios ao continente africano. Trazendo implicações ao aumento da pobreza, a insegurança alimentar, e a inflação. Os países devem apostar na produção local para reduzir as questões ligadas às exportações externas. “Angola ainda sobrevive com aproximadamente 93% das importações para sustentar as necessidades básicas da população”. (Ngunga, 2023, p. 8).

Trata se de uma realidade que nos leva a afirmar que a *dependência é sempre um processo que acarreta várias desvantagens*. “*Quem te alimenta te controla.*” Face ao exposto, a grande questão que se coloca é a seguinte: de que forma estes países dependentes estão a sobreviver para a

melhoria da qualidade de vida da sua população?

Desafios biológicos. Segundo Mateus (2000, p. 32), fundamenta que “são vários factores que contribuem para o surgimento das doenças emergentes nomeadamente factores demográficos, sociais, políticos, económicos e ambientais.” É com base nestas perspectivas que se fundamenta que os desafios biológicos também impactam a economia. Daí a chamada de atenção em torno da necessidade de se apostar nas mulheres, por serem dinamizadoras da economia. *Um olhar fundamentada em perspectivas locais para soluções locais.*

O relatório do Banco Africano de Investimento (2022), aconselha desenvolver políticas de conteúdos locais e estratégias específicas de sectores em harmonia com as respectivas capacidades e aspirações, ajustadas ao seus objectivos de desenvolvimento. Daí que chama-se atenção, aos planos focados a soluções mais eficazes. Baseadas na sustentabilidade económica que produzam resultados para o desenvolvimento africano.

Se os Governos africanos unirem-se, e reconhecerem os problemas o continente pode sair forte das perturbações socioeconómicas, provocadas pela pandemia da COVID-19 e do conflito entre a Rússia e a

Ucrânia. Um processo que poderá impactar na construção das identidades, nas edificações da construção das nações rumo ao desenvolvimento sustentável.

Por isso, o académico e Ministro da Cultura angolana Filipe Zau, Afirma que “traçar políticas que maximizam os potenciais benefícios da globalização e minimizem os riscos de desestabilização e marginalização, constitui, no fundo, o grande desafio a ser enfrentado pelos países africanos.” (Zau 2013, p. 88).

Implementação de políticas económicas sustentáveis as mulheres como dinamizadoras da economia face aos desafios económicos globais

Se olharmos calmamente para os objectivos da economia, veremos que inside em organizar políticas que articulem a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Segundo CEAST (2014, p. 156), “política económica e uma deliberação do sector público para atingir determinados objectivos e utilizando meios e instrumentos específicos”.

Segundo os termos de referência das 8^{as} jornadas técnico-científica da Faculdade de Economia. (2024, p. 5), “o crescimento de qualquer economia está atrelada a uma

conjugação de factores e variáveis que concorrem para a persecução das estratégias definidas pelos Governos”.

Para Pinto (2018, p. 273), “com a dinamização e execução podem os Governos diminuir determinados riscos e propagar os prazos do investimento e melhorar os níveis de eficiência da economia”. Segundo CEAST (2014, p.156) “com medidas de políticas económicas o Estado e seus diferentes órgãos (Assembleia legislativa, Tribunais, Governos, Administração pública) define os programas económicos, os tempos que devem ser aplicados e os meios que devem ser utilizados de forma a atingir os objectivos.

Ora, a falta de políticas económicas sustentáveis para mulheres dinamizadoras da economia leva-nos a associar, mais uma vez as representações mentais do sociólogo angolano Paulo de Carvalho, no título do seu livro *“Angola, quanto tempo falta para o amanhã.”* Este quanto tempo falta para o amanhã remete-nos, imprescindivelmente, quer queiramos quer não, na necessidade de debater hoje, para prevenir o amanhã, tendo em conta os desafios económicos globais. (Carvalho, 2002, p. 1)

Para o caso de Moçambique, apega-se ao Chivangue (2014), que fundamenta que “o Governo de Moçambique não apresenta nenhuma estratégia com o objectivo de

capitalizar as potencialidades do sector informal”. Para Macamo (2016: 20), lamenta focalizando que “os problemas que nascem do nosso esforço de desenvolver são simplesmente ignorados”. Para o (Araujo 2003, p. 152), “a maioria das mulheres, em sociedades como Moçambique, não é ouvida e muitos direitos são lhes negados”.

É com base nestas evidências que o professor e sociólogo angolano Victor Kajibanga afirma que “*Africanização* como processo de reapropiação do debate e dos valores da democracia pelos africanos deve ser um processo de desenvolvimento social, cultural e sustentável”. (Kajibanga 2009, p. 6),

Em pleno século XXI, há alguns indicadores positivos para uma África unida. É bem sabido que a África tem uma identidade. Mais, a nosso ver, a conquista deste desiderato só será possível se, as questões endógenas de cada país for resolvida, do ponto de vista epistemológico, metodológico e hermenéutica. *Estamos bastante longe desta realidade.*

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adoptada constitui-se em abordagem qualitativa. Usou-se a amostragem não probabilista por conveniência. Tive-se 5 sujeitos de pesquisa.

Entre as quais 3 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Usamos a entrevista aprofundada. Os dados foram tratados tendo em conta análise de conteúdo. Recorremos também a pesquisa bibliográfica, para maior articulação da revisão da literatura sobre economia e mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inclusão das mulheres da transição á formalização

S1 “Como se sabe, no mundo de hoje, os negócios são voláteis, ambíguos e ao mesmo tempo incertos. O primeiro passo é, primeiramente, acreditar no pontencial que estas mulheres possuem. Com determinação, dedicação os resultados do ponto de vista económico podem ser alcançados”.

S2 “As sociedades estão cada vez mais para tras, quando as mulheres são o foco de decisões, os resultados são surpreendentes.”

S3 “Aconselha-se uma pesquisa-acção. Posteriormente, o registo de todas as mulheres zungueiras e mukhero, controlá-las, arranjar mecanismos de legalizá-las. Um processo que poderá representar uma transição para a sua formalização. E, por fim, avaliar os resultados dos planos implementados”

S4 “ No meu ver, há uma fragilidade, a nível das políticas pública ao nível do continente

africano.. Dai é que se aconselha-se estudos africanos, para percebemos como começar. Ha uma necessidade de nos libertar fazendo trabalhos científicos solidos. Este constitui um desafio para estas mulheres”.

S5 “É preciso olharmos para a questão dos conceitos para proclamar a nossa emancipação. Usarmos os instrumentos de lutas para produzirmos conhecimentos endógeno.

Analizando as entrevistas acima afloradas podemos pontuar que alguns economistas sustentam que para que haja a promoção do capital humano há necessidade de se investir na educação. Uma boa parte destas mulheres são analfabetas. Daí, chamar-se atenção ao Ministério da Educação e das Finanças, quanto à possibilidade de se investir na educação formal, e a educação financeira e a possibilidade de inclusão que pode aumentar o *Backgrond* destas mulheres que são, verdadeiramente, motores impulsionadores da economia africana. Importa ainda referir que se os recursos naturais e financeiros de um país serão ou não bem utilizados, tal depende necessariamente do capital humano do seu país.

Olhando para os problemas económicos globais do actual contexto, a aposta no capital humano, poderia certamente trazer um outro

olhar ao fomento de crescimento. Para o economista e académico Redento Maia, “o capital humano é adquirido por meio da educação formal, treinamento informal, e pela experiência”. Uma triangulação baseada na práxis. Dito em outras palavras, na capacidade de resolução de problemas mediante os recursos disponíveis. (Maia, 2016, p. 68)

Daí que os Governos africanos deverão mobilizar esforços para construir instituições e desenvolver recursos humanos para criar as condições de investimento e implementação de uma transformação justa nos países. No entanto, o angolano engenheiro agrónomo Issac dos Anjos, aflora que “é preciso que invistamos com serenidade, numa perspectiva de futuro, para um crescimento real e estruturado da nossa economia.” (Anjos 1998, p. 9)

Por sua vez recorreu-se ao relatório de Banco Africano de Investimento. (2022), aconselha desenvolver políticas de conteúdos locais e estratégias específicas de sectores em harmonia com as respectivas capacidades e aspirações, ajustadas ao seus objectivos de desenvolvimento. Uma realidade que na práxis inviabiliza os parâmetros normativos.

Portanto, conclui-se apegando ao KI-ZERBO (2020, p. 57), quando sublinha que “é preciso que o homem do Estado africano se interesse pela história como uma parte do património Nacional.”

Nossa visão dos factos é a de que:

O problema crucial na compreensão da história pós-colonial de Angola é o do porquê de, depois das prolongadas e sangrentas dores de parto da luta de libertação, o país não ter sido capaz de lidar com os problemas convencionais de desenvolvimento económico e social, que eram o normal legado do colonialismo (Birmingham, 2017, p.145).

Chama-se atenção a ter consciência do processo histórico. Quer Angola e Moçambique tiveram no domínio colonial português. Havia consciencialização dos erros cometidos. Os mesmos poderia servir de aprendizagem, para não passar nos mesmos trilhos. Infelizmente, nos dias actuais os mesmos erros continuam. Conforme afirma o académico moçambicano Macamo (2016, p. 71), “Moçambique não é capaz de realizar o seu pontencial porque as multinacionais ditam os termos”.

Em síntese quer-se finalizar fundamentando: o mundo mudou. Aconselha-se os países africanos a implementarem medidas

corajosas baseadas nos parâmetros endógenos para reforçar a gestão das finanças públicas, gerar economias resilientes em África. A nosso ver o continente só poderá desenvolver se assumir plenamente os problemas endógenos. Fazendo colação ao escritor queniano Ngugi wa Thiong'o eterno candidato Nobel quando advoga *a necessidade de reprodução de conhecimento e vemos como a categoria africana pode ser contextualizada*.

CONCLUSÃO

A terminar, pode-se enfatizar que o futuro da economia está nas mãos das mulheres. O trabalho objectivou proporcionar um espaço reflectivo às evidências das mulheres zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique, no fomento de crescimento económico, bem como, alertar os responsáveis pela elaboração das políticas económicas na aposta massiva às mulheres, tendo em conta os desafios económicos incertos do milénio.

Olhando as evidências económicas destas mulheres, associando a vulnerabilidade económica de África, aconselha-se a implementação de políticas económicas sustentáveis para o fomento de crescimento. A aposta no capital humano, bem como a aposta ao processo da transição para a

formalização, as mulheres zungueiras e Mukhero poderia certamente trazer fomento de crescimento. Quando as mulheres são o foco de decisões, os resultados são surpreendentes.

Numa economia de mercado onde prevalece a lei da oferta e da procura, os Governos são chamados na possibilidade de assumir diversas tarefas associadas a problemas de baixo crescimento económico. A caminhada da economia dos Estados africanos não é compatível ao desenvolvimento das sociedades. As sociedades estão cada vez mais para trás. As políticas económicas sustentadas voltadas às mulheres podem exercer um papel predominante no alcance das metas dos Governos.

Deseja-se que este trabalho promova reflexões e debates sobre as políticas económicas inclusivas para o fomento da economia. Assumimos assim, o compromisso de voltarmos a debater a temática a outros níveis de abordagem, tendo em conta a sua pertinência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anjos, Issac dos (1998). *Agricultura irrigada: Uma contribuição para a recuperação da economia de Angola. Comunicação apresentada no decurso das 1^{as} jornadas sobre economia de Angola*. Revista científica da FECUAN, Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Angola.

- Araujo, Fabiana da Silva (2023). *O silenciamento da mulher Moçambicana no conto Mutola, de Paulina Chiziane*. Cadernos intersaberes, curitiba, v.12, n.39, pp150-156.
- Birmingham, David (2017). *Breve História de Angola Moderna. (Séc. XIX XXI)* Lisboa: Guerra e paz.
- Carvalho, Paulo de (2008). *Estado Nação e Etnia em Angola*. Revista Angolana de Sociologia, n1, pp.61-71. <https://journals.openedition.org>.
- Carvalho, Paulo de (2002). *Angola quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises políticas, económica e social*. Oeiras: Celta editora.
- Carvalho, Paulo de ; JURA, Jaroslaw (2023). *Percepção da China e dos Chineses em Angola*. Revista da academia Angolana de Letras. nº1. pp 48-72.
- CEAST II, (2004). *Semana Social Nacional. O cidadão e a política*. Centro cultural mosaico. Luanda.
- Chivangue, Andes, (2014). *Mukhero em Maputo: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal*. Revista angolana de sociologia, 14/2014, pp.113-131. <https://journals.openedition.org/ras1115>.
- Evaristo, António, (2018). *Obstáculos socioeconómicos ao desenvolvimento das PME'S Em Angola*. Narrativa editores: Lisboa.
- Freitas, Sávio roberto Fonseca de (2014). *Balada de amor ao vento: As relações do gênero na ficção de Paulina Chiziane*. Disponível em <https://doi.org/10.35520/mulemba.v6.nº10a5001>.
- Kajibanga, Victor, (2009), *Democracia e dimensão cultural de desenvolvimento: Uma reflexão sociológica sobre o caso angolano*. Revista angolana de sociologia. nº3, pp 65-72. <https://journals.openedition.org>.
- KI-ZERBO, J, (2010), *História Geral da África. Metodologia e pré história da África*. Brasília, DF:UNESCO; Ministério da educação.
- Macamo, Elísio, (2016), *Sociologia prática. Como os sociólogos pensam o desenvolvimento*. Universidade Eduardo Mondlane: Moçambique.
- Maia, Redento Pedro Carlos, (2016). *Crescimento e desenvolvimento económico global sustentado*. Disponível em <https://www.redalyc.org>.
- Maenzana, Rosa; Pereira, Renato, (2018), *Empreendedorismo Feminino em Moçambique: Um estudo no distrito de Matola*. Revista científica da FECUAN, Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Angola. ed. nº5 p.159-189.
- Mateus, Carlos Bento, (2000), *Economia no Brasil*. São Paulo: cortez
- Morena, Zola, (2023). *Desemprego em Luanda: Um problema social á luz da realidade angolana*. Revista Unikivi. Vol.01, n-1, pp 1-12, disponível em <https://ciencia.unikivi.ao-!/index.php/ciencia>.
- Morena, Zola, (2024). *Acção do professor face aos desafios educacionais do século XXI: um estudo baseado em técnicas actuais de motivação do aluno na escola 5002 em Luanda*. Revista Samayonga. Vol.03, n-3, pp 70-78 disponível em www.revista-samayonga.ao
- Morena, Zola, (2024), *Angola debater hoje é prevenir o amanhã: uma reflexão as políticas económicas para o fomento do crescimento face aos desafios do século XXI*. Faculdade de economia. FECUAN. Revista científica da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto. Angola: Vol.09, pp 36 – 47.
- Morena, Zola, (2024), *Desigualdade social: o caso da seca no sul de Angola*.

- Revista Alba. ISFIC. Vol.01, n-4, pp 212-223
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/current>
- Morena, Zola, (2024). *A problemática social do desemprego em Angola*. Luanda: Linebook.
- Morena, Zola, (2025). *Como ter dinheiro no meu país. Um olhar a educação financeira*. Luanda: Nzinga Salú.
- Ngunga, Eurico Josué, (2023). *Desafios do sistema nacional de ciencia tecnologica e inovacao para o desenvolvimento de Angola. O caso dos polos industriais*. Alba-ISFIC Researc and Science Journal, 1(2) 10-121. <https://alba.ac.mz>.
- Pinto, Rosa, (2018). *O papel das políticas públicas para o crescimento da economia angolana*. Revista científica da FECUAN, Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Angola. Ed. nº05 p.p61-72.
- Relatório de banco africano de investimento (2022). *Pespectivas economicas em Africa*. Disponível em <https://www.afdb.org/pt/paises-africaa-austral.moc>
- Robbins, Stephen. P; Judge, Timothy A; Sobral, Filipe, (2011). *Comportamento organizacional. Teoria e prática no contexto brasileiro*. 14ª edição. São Paulo: Pearson
- Santos, Orlando, (2011). *Mamas quintandeiras, Kinguilas e Zungueiras: Trajectorias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda*. <https://journals.Speneditions.org/ras/510>.doi:10.4000p.35-61
- Termo de referências das 8ªs jornadas técnico- científica da faculdade de economia. (2024). *Angola - Estratégias para uma economia mais sustentável*.
- Wanda, Fernandes, (2018). *Tendências do investimento directo estrangeiro e origem dos fundos para o desenvolvimento na era Joao Lourenço*. FECUAN. Revista científica da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, ed nº07 p.p11-22.
- Zau, Felipe, (2013). *Educação em Angola. Novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta